

# 12º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DA UEMG

## ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS ESTADUAIS ANTIFUMO

Veridiana de Lima Carneiro

Email para contato: veridiana\_lima@hotmail.com

Palavras chave: Constitucionalidade, leis antifumo, liberdade, livre iniciativa e saúde.

### ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS ESTADUAIS ANTIFUMO

Nome dos autores:

Paulo Eduardo Lépole  
Veridiana de Lima Carneiro

Introdução:

A promulgação de leis antifumo em vários Estados do país proibindo o fumo em locais fechados como restaurantes, bares e lanchonetes, e até mesmo a construção de fumódromos, vem causando polêmica. Isso porque argumenta-se que esses diplomas padeceriam de inconstitucionalidade, pois violariam direitos fundamentais como a liberdade e a livre iniciativa, além de terem sido editadas por entes incompetentes para legislar sobre a matéria.

As principais ideias das leis antifumo são a preservação da saúde da população, e também desestimular aqueles que se encontram no início do vício, promovendo ações em postos de saúde pública para que os fumantes deixem seu hábito, e para que pretensos fumantes não adquiram o vício.

Metodologia:

A pesquisa consiste em uma profunda análise das leis estaduais de 05 (cinco) Estados do país, tendo como base São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais, para verificar a existência de pontos que possam ser inconstitucionais, comparando as legislações na sua forma e conteúdo, e analisando a capacidade para legislar dos Estados, e da União, conforme a matéria de que possa ser tratada por cada ente. Assim, adota-se a pesquisa eminentemente bibliográfica, com investigação pelos métodos, dedutivo, indutivo e analítico.

Resultados Parciais:

Foi possível a identificação de algumas inconstitucionalidades. Encontrou-se o vício da inconstitucionalidade formal subjetiva, ou seja, aquele ocorrido na fase de iniciativa, pois legislar sobre essa matéria seria competência da União. Também notou-se a inconstitucionalidade material por violação do direito à liberdade do fumante, e também da livre iniciativa e conseqüentemente da ordem econômica e financeira do Estado Democrático de Direito.

Considerações Finais:

A análise de possíveis inconstitucionalidades satisfaz a necessidade de se firmar um posicionamento jurídico seguro acerca da validade das leis antifumo. Ademais, as possíveis violações formais e materiais ao texto constitucional devem ser veementemente repelidas, haja vista a Constituição Federal representar a carta de direitos e garantias mais importante ao cidadão brasileiro.

Instituição de Fomento:

# 12º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DA UEMG

Tesouro Estadual.

## Referências:

- BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2000.
- FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- HAMON, Francis, TROPER, Michel, BURDEAU, Georges. Direito Constitucional. 27ª ed. São Paulo: Manole, 2005.
- MACHADO, Carlos Augusto Alcântara. Direito Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.